

**CURT TRENNEPOHL
TERENCE TRENNEPOHL**

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

PREFÁCIO:

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

8ª edição

**Revista, atualizada
e ampliada**

Destaques de atualização desta edição:

- Decreto 10.198, de 3 de janeiro de 2020
- Comentários ao Projeto de Lei 3.729/2004 (Lei Geral do Licenciamento Ambiental)
- Lei 13.874/2019 (Lei da Liberdade Econômica)
- IN 26 do IBAMA, de 6 de dezembro de 2019

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira e Bárbara Baraldi Sabino

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiários: Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Trennepohl, Curt
Licenciamento ambiental / Curt Trennepohl e Terence Trennepohl. -- 8. ed. rev.,
atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia
ISBN 978-85-5065-184-8

1. Direito ambiental - Brasil 2. Impacto ambiental - Brasil 3. Licenças ambientais
- Brasil 4. Política ambiental - Brasil 5. Proteção ambiental - Leis e legislação - Brasil I.
Trennepohl, Terence. II. Título.

20-32647

CDU-34:502.7:35.078.1(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Licenciamento ambiental : Direito 34:502.7:35.078.1(81)
Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
OS AUTORES	9
PREFÁCIO	11
APRESENTAÇÃO	13
NOTA À 8.ª EDIÇÃO	15
INTRODUÇÃO	25

PARTE I

INFRAESTRUTURA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL

1. O HOMEM E SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE.....	35
1.1 A percepção do problema ambiental e a busca das soluções	35
1.2 O histórico das normas de proteção dos recursos naturais	39
1.3 Os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente	46
2. O PROCESSO DE LICENCIAMENTO	53
2.1 Considerações preliminares	53
2.2 Abrangência do impacto x dominialidade.....	56
3. LICENÇAS AMBIENTAIS	69
3.1 Conceito.....	69
3.2 Tipos de licenças ambientais	72
3.3 Definição de competências para licenciar	74
3.4 Prazos para o licenciamento e sua validade	79
3.5 A anuência para o licenciamento	82
3.6 Prorrogação ou renovação das licenças.....	83
4. OS ESTUDOS AMBIENTAIS PARA O LICENCIAMENTO.....	87
4.1 Introdução	87
4.2 Estudo de Impacto Ambiental – EIA e Relatório de Impacto Ambiental – Rima	89
4.3 Estudos ambientais simplificados ou específicos	95

4.4	Regularização ambiental de Obras de Infraestrutura	97
4.4.1	Portaria MMA 421/2011 – Linhas de transmissão de energia elétrica	98
4.4.2	Portaria MMA 422/2011 – Exploração e produção de petróleo e gás	99
4.4.3	Portaria Interministerial 288/2013 – Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis – PROFAS.....	100
4.4.4	Portaria MMA 289/2013 – Regularização ambiental de rodovias federais	101
4.4.5	Portaria Interministerial 425/2011 – Programa de Regularização de Portos.....	102
4.5	Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD	102
4.6	Análise de Risco e Programas de Monitoramento	103
4.7	Processo de licenciamento ambiental	103
5.	LICENÇAS E REGISTROS	107
5.1	Introdução	107
5.2	Atividades cujo registro ou licenciamento ambiental é obrigatório	107
5.3	Atividades cujo licenciamento depende da apresentação de estudos ambientais prévios	116
5.4	Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.....	118
5.5	Atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais.....	118
5.6	Órgãos ambientais nos Estados	122
5.7	Conversão de multas ambientais federais	122
6.	ATIVIDADES RELACIONADAS COM A FLORA	125
6.1	Previsões legais	125
6.2	Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS	136
6.3	Desmatamento para Uso Alternativo do Solo.....	147
6.4	Supressão de vegetação para outras atividades.....	160
6.5	Supressão de vegetação em função de risco	169
6.6	Corte de árvores plantadas.....	171
6.7	Reposição florestal e plano integrado florestal	176
6.7.1	Reposição florestal obrigatória	176
6.7.2	Plano de suprimento sustentável.....	180
6.8	Supressão de vegetação por meio do uso de fogo.....	183
6.9	Utilização de produtos florestais	189

6.9.1	Autorização para o transporte de produtos florestais	189
6.9.2	Documento de Origem Florestal – DOF	192
6.10	Comercialização de produtos florestais	195
6.11	Exportação de produtos florestais	196
6.12	Fabricação de carvão	197
6.13	Transformação de madeira	199
6.14	Uso e comércio de motosserras	199
6.15	O combate aos desmatamentos ilegais na Amazônia	201
7.	ATIVIDADES RELACIONADAS COM A FAUNA	205
7.1	Conceitos	205
7.2	Fauna ameaçada de extinção e listas CITES	211
7.3	Criadouros de fauna	212
7.3.1	Criadouros para fins comerciais e industriais	212
7.3.2	Comercialização de animais vivos, abatidos, partes e produtos	214
7.3.3	Criadouros conservacionistas	215
7.3.4	Jardins zoológicos	216
7.3.5	Criadores amadoristas de passeriformes da fauna silvestre brasileira	218
7.4	Marcação e identificação de animais	220
7.5	Animais de estimação	222
7.6	Coleta de material zoológico	224
7.7	Anilhamento de aves	225
7.8	Circos ou outras formas de utilização de animais	226
8.	ATIVIDADES RELACIONADAS AOS RECURSOS HÍDRICOS	229
8.1	Introdução	229
8.2	Outorga de direito de uso dos recursos hídricos	232
8.3	Licenciamento de empreendimentos de irrigação	234
8.4	Licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental	236
8.5	Outorga de recursos hídricos para implantação de barragens	240
8.6	Dragagem e alijamento de materiais em águas jurisdicionais brasileiras	241
9.	OS ÓRGÃOS INTERVENIENTES	245
9.1	Manifestação de outros órgãos no processo de licenciamento	245
9.1.1	Fundação Nacional do Índio – FUNAI	247
9.2	Órgãos gestores das Unidades de Conservação	255

10.	DINÂMICA DAS NORMAS DE COMPATIBILIZAÇÃO DA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	265
10.1	A Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e o Licenciamento Ambiental.....	265
10.2	A Resolução 51 do CGSIM.....	269
10.3	O Projeto de Lei Geral do Licenciamento Ambiental.....	271
11.	O SISTEMA DE GESTÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL FEDERAL – SISG-LAF	275

PARTE II

QUESTÕES CONTROVERTIDAS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL (ESTUDO DE CASOS)

12.	OS ASPECTOS ECONÔMICOS DE INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA E A NECESSIDADE DAS USINAS HIDRELÉTRICAS	281
12.1	Do procedimento de licenciamento ambiental de empreendimentos de energia hidrelétrica	284
12.2	Do princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos	288
12.3	Prejuízos resultantes da paralisação de empreendimentos energéticos....	288
12.4	O planejamento setorial do plano decenal	290
12.5	Custo econômico da substituição da energia hidráulica por outras fontes	292
12.6	Reflexos para o consumidor decorrentes do custo econômico da substituição da energia hidráulica por outras fontes	293
12.7	Efeito da suspensão do licenciamento ambiental e da construção de uma usina hidrelétrica sobre a economia como um todo.....	296
13.	HIGIEZ E SEGURANÇA JURÍDICA DAS LICENÇAS DE INSTALAÇÃO	299
13.1	Segurança jurídica no licenciamento ambiental.....	299
13.2	O licenciamento ambiental federal no Brasil.....	302
13.2.1	Competência para o licenciamento	302
13.2.2	O Estudo de Impacto Ambiental	305
13.2.3	A publicidade do processo de licenciamento ambiental.....	309
13.2.4	O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário.....	313
14.	POSSIBILIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA EMPREENDIMENTO PORTUÁRIO DENTRO DE RESERVA EXTRATIVISTA	317
14.1	Introdução	317
14.2	O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e as Reservas Extrativistas	317

14.3	Desafetação, alteração de limites ou recategorização de Unidades de Conservação.....	325
14.4	Competência para o licenciamento ambiental e para a anuência.....	326
14.5	A autorização para o licenciamento ambiental pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio	328
15.	LICENCIAMENTO DE USINAS HIDRELÉTRICAS E O CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PELO PODER JUDICIÁRIO	333
15.1	Introdução	333
15.2	O licenciamento ambiental de uma usina hidrelétrica.....	333
15.3	O estudo de impacto ambiental	336
15.4	A Licença Prévia – LP e a Licença de Instalação – LI	340
15.5	Ações judiciais que podem afetar o empreendimento.....	341
16.	COMPENSAÇÃO PELA SUPRESSÃO DE MATA ATLÂNTICA NO LICENCIAMENTO	345
17.	LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO PARA EMPREENDIMENTOS ELÉTRICOS COM PEQUENO POTENCIAL DE IMPACTO.....	361
	CONCLUSÕES	375
	BIBLIOGRAFIA	381